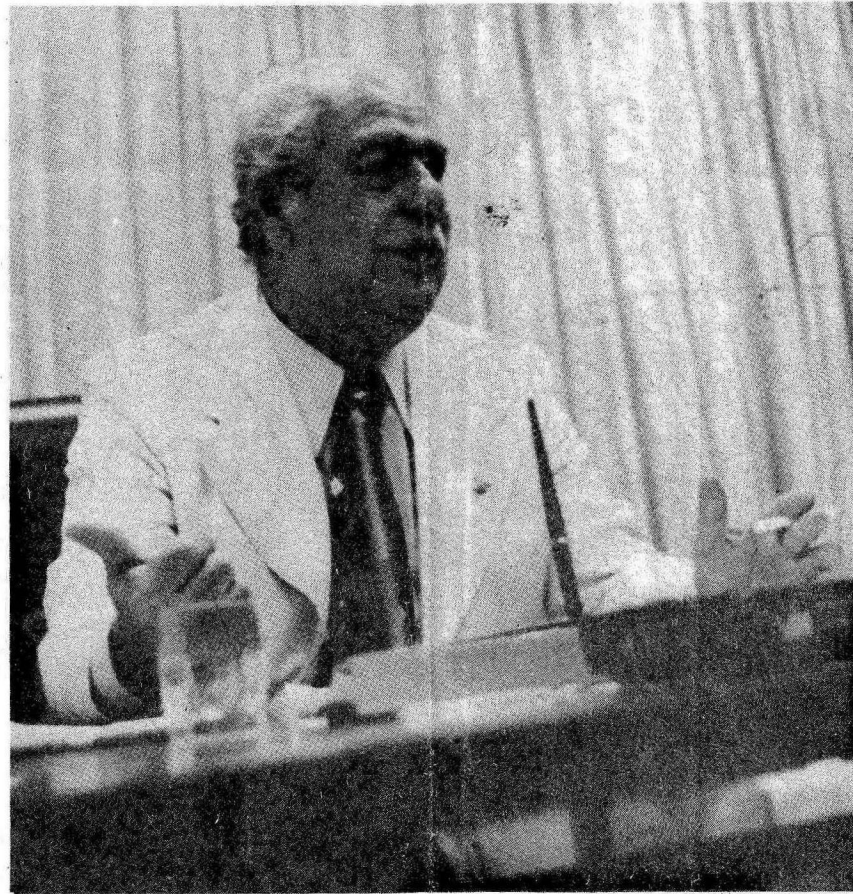


José Neves: representação ajuda



Saldanha Derzi: basta a Comissão



Jorge Uequed: Vereadores e prefeitos

Uma cidade à procura da sua vocação

— Lugar de fazer política é nos partidos.

Esta afirmação do Presidente da República é repetida pelas autoridades governamentais quando estudantes posicionam-se politicamente. E os de Brasília mesmo sem reivindicação de caráter político, também recebem essa resposta, mas as autoridades não atentam para o fato de Brasília, por não contar com representação política, não há organismos partidários locais, apesar de ser a sede dos dois partidos.

O estudante brasileiro está impedido de fazer política nas escolas e fora dela. E na maioria das vezes enfrenta até mesmo restrições das direções partidárias, inclusive do MDB. Aqueles que pretendem dedicar ao estudo político ou à política contam com a possibilidade de um dia sair de Brasília para atingir esse objetivo. Outros lutam continuamente, como está ocorrendo com um grupo de jovens opositores que, pela segunda vez, encaminham cartas, abaixo-assinados e requerimentos ao presidente do MDB para que providencie a criação de um órgão partidário local. Mas continuam sem resposta.

O setor jovem do MDB do Distrito Federal, em fase de organização (está esperando uma resposta do deputado Ulysses Guimarães para o grupo ser oficializado) mesmo sem existência de direito, também está lutando pela representação política para o Distrito Federal.

Eles entendem que Brasília, por ser a capital da República, não é uma coisa abstrata e despojada de qualquer sentido. É uma cidade-capital com vida, com povo, presente e por isso urge transformá-la numa enti-

dade atuante, com representantes autênticos, que defendam e zelem de seus interesses.

— Em todas as Constituições anteriores, até mesmo a de 16 de julho de 1934, passando pela de novembro de 37, e a de 1946 previam que o Distrito Federal teria representatividade. Mas esses direitos foram cassados e a Carta de 1967 com sua Emenda Constitucional número um de 1969, prosseguiram com a exclusão desse direito popular sagrado.

Segundo esses jovens, Brasília hoje está a mercê do imprevisível e do excepcional. Desta forma "julgando um ultraje tais amputações" pleiteiam que haja, em Brasília, representação popular para seus habitantes. E colocam esta representação como uma necessidade imperiosa para que se possa abrir caminho em direção a uma democracia plena e substancial, onde o povo "possa se manifestar e falar, votar e agir, atuar e transformar".

— É urgente uma luta democrática que dê aos eleitores de Brasília sua representação política. Uma representação popular na Câmara estadual, federal e no Senado, sendo composta por deputados eleitos, mediante o voto direto e secreto. Mesmo porque o DF não pode ficar privado de voz dentro de seus próprios muros e no Congresso Nacional.

Os jovens arenistas também têm posições semelhantes. Uma ex-integrante da Arena Jovem de Brasília — grupo extinto atualmente — é de opinião que "Brasília não pode permanecer indefinidamente na situação atual, quando todos sentem vontade de se pronunciar politicamente mas não dispõem de meios legais". Entende que "é urgente a criação

de organismos partidários oficiais no Distrito Federal. E uma forma do povo eleger representantes para os diversos escalões do Poder Legislativo".

A classe trabalhadora de Brasília, em sua totalidade também quer uma representação popular "para defender os direitos fundamentais do povo".

Metalúrgicos, operários da construção civil, comerciantes, bancários, gráficos, trabalhadores da indústria alimentícia, barbeiros, securitários, publicitários, hoteleiros e similares, jornalistas, barbeiros, jornalistas, pronunciam-se, através de suas entidades representativas, os sindicatos, favoravelmente à instituição de uma Câmara de Vereadores ou da Assembléia Distrital, além da eleição de deputados federais e senadores. Alguns mais abertamente, outros com receio "porque o sindicato não pode imiscuir-se na política partidária".

De uma forma geral condenam "as pretensões de entidades que não conseguem nem representar os anseios de sua categoria, por ter representatividade discutível", que estão arvorando-se de líderes da comunidade brasileira. Por isso, somente são favoráveis à instituição de representação da comunidade, eleitos pela comunidade.

Um líder sindical chegou a indagar:

— Será que uma entidade patronal, cujos integrantes moram normalmente no Lago ou em setores nobres do Plano Piloto, poderá imparcialmente, defender os direitos e satisfazer os anseios dos moradores da Ceilândia, de Sobradinho, do Gama?

De acordo com as suas afirmações, quem anda de carro "não sabe o que é ir de ônibus da

Celândia para o Plano Piloto anos a fio". Ou: quem "dispõe de banquete diário não sabe o que é viver com um salário mínimo". Por isso "a comunidade deve escolher seus legítimos representantes e não pretensos líderes da comunidade quer representar os anseios do povo".

Um diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, disse que "pessoalmente é favorável à eleição de vereadores, deputados e até mesmo senadores de Brasília", mas evitou falar "como líder sindical porque não estava autorizado", mesmo porque o sindicato já passou por longa intervenção.

Já o presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Brasília, José Neves Filho, diz que a entidade que dirige, "principalmente por representar os anseios de seus associados" apóia a luta pela implantação de representação política, em todos os níveis, para a população do Distrito Federal.

Em sua opinião "os direitos dos moradores da capital, assim como seus problemas — educação, transporte, assistência social, habitação, saneamento básico, alimentação e, fundamentalmente, os relacionados com a política-econômica — somente serão debatidos e solucionados através de uma representação efetiva e isenta". Além disso, "Brasília já conta com autênticos líderes, descomprometidos, que vão trabalhar em prol do desenvolvimento e do bem-estar da população".

José Neves acredita também que uma representação política poderá ajudar a acabar com o império da tecnocracia de Brasília, "que sempre tolheu os direitos dos trabalhadores, no

atendimento de interesses de outras classes".

— Os interesses da classe trabalhadora — garante o líder dos comerciantes — somente serão defendidos por aqueles que vivem o dia-a-dia da classe, escolhidos através de eleições livres.

A Comissão do Distrito Federal no Senado, estatutariamente, tem a incumbência de opinar sobre as proposições legislativas pertinentes ao Distrito Federal, o orçamento, a escolha do governador e dos conselheiros do Tribunal de Contas, as contas do governador e oferecer o respectivo projeto de resolução e sobre os pedidos de empréstimos, operações ou acordos externos para o DF.

Efetivamente, até hoje, pouco trabalho realizou em prol do desenvolvimento de Brasília. As matérias apreciadas, desde a sua criação, são mensagens oriundas do Executivo e poucos projetos parlamentares, quase sempre rejeitados. Nos aspectos relacionados com a fiscalização do DF, tem agido, quase sempre, em sentido contrário: impedindo a convocação do governador ou seus auxiliares para explicarem questões de interesse da comunidade.

A sua existência está sendo bastante questionada, principalmente devido às perspectivas de ser implantada a representação popular no DF. E os que defendem a sua permanência, invariavelmente, condenam eleições em Brasília, como o senador Saldanha Derzi (Arena-MT), membro da comissão.

Para ele "pode haver algum erro da comissão do DF, mas ela tem procurado resolver essa situação. Além disso, se atualmente ela não está cumprindo

com suas finalidades, pode ser reestruturada e mesmo ampliada para ter aumentado seu rol de obrigações".

A respeito da possibilidade de ocorrer eleições em Brasília para representantes locais, o senador mato-grossense condena veementemente a atitude daqueles defensores da idéia. Para ele "Brasília deve permanecer como uma cidade eminentemente administrativa, longe das pressões políticas, da radicalização e da defesa de princípios demagógicos, como ocorria com a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro".

— Não deve haver pressões políticas em Brasília para que possamos legislar e administrar nesse clima de tranquilidade. A capital da República foi transferida para o Planalto para que os três Poderes pudessem funcionar com isenção e ao instituir eleições locais essa idéia irá por terra e logo teremos todos os vícios das outras cidades. Então, será necessário transferir a capital para outra localidade.

Segundo Saldanha Derzi, "apesar de ser de longe, o senador-membro da Comissão do DF representa satisfatoriamente a população de Brasília, pois também vive aqui e sente os problemas locais".

Mas são poucos aqueles que compartilham de suas posições. A maioria dos congressistas e da população de Brasília entende o contrário. Além de não ver nenhum sentido na existência da comissão do DF, acredita que os brasileiros somente estarão bem representados quando houver eleições para a sua escolha, através do voto direto e secreto, depois de ter sido implantado um órgão de representação política local.